

CENTROS DE MEMÓRIA: UMA TENTATIVA DE EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

MEMORY CENTERS: AN ATTEMPT TO DEVELOP HERITAGE EDUCATION IN PARANÁ PUBLIC SCHOOLS

Felippe Estevam Jaques¹

JAQUES, F. E. Centros de memória: uma tentativa de efetivação da educação patrimonial nas Escolas Públicas do Paraná. **Akrópolis**, Umuarama, v. 28, n. 2, p. 121-125, jul./dez. 2020.

DOI: 10.25110/akropolis.v28i2.8096

RESUMO: O objetivo do presente estudo preliminar é analisar a tentativa de implementação dos chamados Centros de Memória proposta pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR) em 2017, a partir das atividades desenvolvidas pelo Museu Escolar Paranaense (MEP). Essa iniciativa buscou mobilizar a equipe diretiva e pedagógica para que criassem grupos de trabalho (GT) com professores e demais membros da comunidade escolar com o intuito de fazerem uma varredura em seus almoxarifados, depósitos ou outros lugares dentro da escola que pudessem conter objetos que formassem o patrimônio material. Além disso, também organizar estratégias para resguardar saberes e fazeres de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionário a partir da coleta de depoimentos e outros meios que auxiliem na preservação do chamado patrimônio imaterial. Apesar de ter havido um esforço no sentido da organização burocrática por parte da SEED/PR com a produção de documentos norteadores, orientações e a necessidade de constar o referido projeto nos documentos oficiais escolares (Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular), não houve a efetiva realização dos Centros de Memória nas instituições de ensino. Nossa proposta é olhar, a partir do viés da educação patrimonial, as possíveis razões desse não efetivação do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de memória; Escolas públicas; Educação patrimonial.

ABSTRACT: The objective of this preliminary study is to analyze the attempt to implement the Memory Centers proposed by the Paraná State Department of Education (SEED/PR) in 2017, based on the activities developed by the *Museu Escolar Paranaense* (MEP). This initiative sought to mobilize the management and pedagogical team to create working groups (GT) with teachers and other members of the school community in order to scan their warehouses, storage deposits and other locations within the school that could contain objects forming material heritage. In addition, to also organize strategies to safekeep knowledge and actions from former students, former professors, and former employees based on the collection of testimonies and other means that could help preserve the intangible heritage. Although there was an effort towards the bureaucratic organization by SEED/PR, such as the production of guiding documents, guidelines and the need to include this project in official school documents (Pedagogical Political Project and Curricular Pedagogical Proposal), there was no effective implementation of Memory Centers in educational institutions. This study proposes to analyze, from a heritage education perspective, the possible reasons for the failure in implementing such project.

KEYWORDS: Memory centers; Public schools; Heritage education.

¹Bolsista CAPES de Mestrado no programa de Mestrado Profissional em Ensino de História PROFHISTÓRIA – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Campo Mourão – PR. felippejaques@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2017 por iniciativa do Museu Escolar Paranaense (MEP), a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) tentou realizar a efetivação dos chamados Centros de Memória, os quais consistiriam em ser lugares (físicos e itinerantes) inseridos no ambiente escolar com o intuito de “salvaguardar a memória escolar” e também em “(re) significar e valorizar a história das instituições escolares junto às gerações presentes e futuras” (PARANÁ, 2017). Procurava-se, assim, incentivar e transformar as escolas públicas do Estado do Paraná em locais por excelência no desenvolvimento da identidade (local/regional) e de pertencimento das comunidades nas quais está envolvido. Para tanto, partiu-se da busca por objetos que estivessem armazenados em almoxarifados escolares ou outros lugares que guardem bens condizentes com a história e a memória daquela localidade e membros das instituições de ensino.

A criação do projeto Centros de memória inspirou-se no trabalho desempenhado pela professora doutora Nadia Gaiofatto Gonçalves da Universidade Federal do Paraná, a qual se dedicou na execução de um projeto de extensão chamado “Histórias e Memórias sobre educação: trajetórias e atividades de um projeto de extensão” (que resultou em livro publicado em 2016). Tal projeto teve por objetivo disseminar práticas e metodologias no que diz respeito aos acervos escolares, a catalogação, a preservação e a exposição de tais materiais com o intuito de torná-los acessíveis para futuros pesquisadores, assim como atrelar práticas da denominada Educação Patrimonial. Sua pesquisa utilizou como escola-piloto o Colégio Estadual do Paraná, a mais antiga do Estado (fundada em 1846), e que possui um grande resguardo de documentos, tanto em suas dependências quanto em outros órgãos públicos, como o Acervo Público do Paraná.

Para isso, a docente fundamentou seu trabalho na mudança epistemológica promovida pela da Escola dos Annales, a qual a partir dos anos de 1920 e 1930, historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre propuseram uma mudança na ênfase do pensar histórico. Nessa alteração houve um deslocamento do enfoque político e da história mundial vigentes no pensamento positivista, para a inclusão de toda atividade

humana, o que incluiu também as consideradas pessoas comuns, seus cotidianos e formas de pensar e agir. Nessa perspectiva, amplia-se o entendimento da concepção de cultura e as novas formas de encarar o processo histórico, possibilitando a compreensão e aceitação da legitimidade de documentos ou fontes históricas que fossem distintas e variadas em suas formas, levando em consideração seus locais e grupos de produção. Postura que sinaliza uma contraposição ao que anteriormente apenas os ditos documentos oficiais possuíam legitimidade e caráter de “verdade” para os chamados membros da Escola Metódica (BOURDÉ; MARTIN, 2003).

Essa mudança paradigmática conduz a um novo olhar para as fontes históricas e a intensificação das pesquisas e produções acadêmicas. A partir desses novos rumos permitiu-se que o ambiente escolar não fosse mais encarado somente como um local no qual ocorre a chamada “transposição didática” que consiste em uma transferência, ou uma tradução do saber acadêmico para o saber ensinado, mas que possa também ser compreendido como um espaço produtor e criador de um conhecimento próprio. Conhecimento esse, agora, oriundo das relações existentes entre professores, alunos e funcionários da escola, que influenciam e são influenciados pelas políticas governamentais (a níveis municipais, estaduais e federais), que atuam para a composição dos mais diversos currículos (formal, ação e inclusive o oculto) (MONTEIRO, 2003), ou seja, a escola pode ser considerada também como um local dedicado à pesquisa, à criação e à inventividade.

Foi pensando o espaço escolar como um local de exploração, ou seja, que possibilita as mais diversas formas de experiências, que deixam marcas nas vidas dos sujeitos que ocupam os mais diversos ambientes. Sejam esses sujeitos professores, alunos, funcionários administrativos, merendeiras, porteiros, direção, equipe pedagógica, ou seja, toda a comunidade escolar participante da construção e consolidação de seus elos. Esses elos constituem-se e são marcados por momentos de fraternidade, solidariedade e também delimitados por seus confrontos e conflitos, em grande parte, registrados nas evidências históricas. Para tanto, consideramos como evidências históricas diversos documentos de diferentes naturezas, tais como atas administrativas, de

reunião de pais, boletins escolares, livros de cadastro de professores, livros de matrícula dos alunos, registros de aproveitamento escolar, regulamentos internos, cronogramas de turnos, divisão de turmas, estágio, avaliação, folhetos, brochuras, convites, anúncios, fotografias de festas, formaturas, eventos esportivos, áudios contendo o pronunciamento de e avisos da direção e outras autoridades que prestigiaram ou contribuíram de alguma forma para a manutenção e consolidação daquela comunidade escolar.

Considerando essa abundância de possibilidades, podemos nos questionar, por que o projeto proposto pelo Museu Escolar Paranaense não foi amplamente difundindo e efetuado nas escolas públicas estaduais? Quais foram os elementos políticos, sociais, jurídicos que causaram algum tipo de empecilho? Os sujeitos que mais deveriam se envolver realmente se sentiam parte deste projeto? Será que a artificialidade de sua proposta causou algum tipo de impedimento? Talvez um caminho que nos guie a possíveis respostas seja: havia o entendimento de uma educação patrimonial?

A educação patrimonial pode ser definida como,

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 24).

Também pode ser entendida a partir de uma,

[...] produtora de múltiplas interpretações que envolvem a construção do saber a partir de bens culturais e a compreensão dos embates envolvidos na composição de um repertório de bens e indícios a serem preservados e/ou destruídos. Como fundamento formativo, a educação patrimonial pressupõe, também, que os sujeitos se compreenderam na história, instigando-os a compreender seu universo sócio-cultural e a trajetória histórico-temporal

em que estão inseridos. O termo é utilizado, ainda, para designar um processo permanente, planejado e sistemático que objetiva oportunizar aos sujeitos uma sensibilidade para a preservação do patrimônio, contribuindo para apropriação e crítica dos pressupostos e valores advindos de suas heranças culturais (COSTA; SIMAN; NASCIMENTO, 2007, p. 32).

Tais definições demonstram que a educação patrimonial trata-se de um procedimento artificializado, ou seja, é necessário que ocorra um entendimento daquilo que se pretende preservar e até mesmo daquilo que será descartado, consoante ao objetivos dos sujeitos que visam à conservação da materialidade ou da não-materialidade de determinados objetos, práticas, saberes e fazeres.

Na escola tal conceituação do patrimônio não pode ser disposta de maneira diferente; afinal a sua grande maioria não conta com espaços físicos adequados para o armazenamento, manutenção e acondicionamento da volumosa produção de documentos e outros vestígios históricos. Portanto é necessário fazer seleções, adequações e omissões daquilo que se pretender manter nos espaços escolares.

A implementação dos Centros de Memória estava prevista, de acordo com o documento orientador da SEED/PR em três etapas a serem concretizadas ao longo de dois anos. A primeira parte consistiria em fazer um chamado geral à comunidade escolar, com o intuito de sensibilizá-la e envolvê-la a realizar um diagnóstico preliminar daquilo que a as instituições de ensino teriam em seus acervos. Essa etapa consistiria na busca por documentos, livros, móveis, objetos, materiais visuais, de arte, laboratório e maquinário, reprografia, controle temporal, honrarias, jogos, brinquedos educativos e materiais de saúde pública, entre outros, aqueles tangíveis, materiais.

Logo em seguida seria necessário fazer a observação e o relato das condições de armazenamento. Cada item deveria conter uma breve descrição de quando foi adquirido; a sua utilização e o estado de conservação; além do registro fotográfico. Seria nessa etapa que haveria o envolvimento e a identificação dos sujeitos que, de alguma maneira, fizeram parte da história do estabelecimento de ensino, objetivando a coleta de depoimentos, para

compor o acervo histórico da escola² (PARANÁ, 2017, p. 04).

O segundo momento consiste em realizar uma reunião do Conselho Escolar para ampliar o convite à comunidade local a fim de conhecer o projeto dos Centros de Memória. Essa convocação atenderia à necessidade de se criar um Grupo de Trabalho (GT) que seria formado por representantes da comunidade escolar que envolveria a participação de ex-gestores, ex-professores, ex-funcionários, ex-alunos e todos aqueles que de alguma maneira sentissem-se sensibilizados pela proposta e quisessem contribuir para a sua efetivação. A única exigência neste ponto era de que houvesse no GT ao menos um professor e um funcionário efetivo do estabelecimento de ensino (PARANÁ, 2017, p. 04).

Por fim, o último momento seria a etapa de se colocar a “mão na massa”, ou seja, a implementação definitiva do Centro de Memória e com a sua inclusão nos documentos “oficiais” da escola, o Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, como uma prática de institucionalizar em algo permanente a ser desenvolvido pelas instituições de ensino.

Percebemos que ao longo do documento houve uma preocupação em se englobar na preservação do patrimônio material e imaterial existente nos ambientes escolares, inclusive na utilização da metodologia da história oral para a coleta de fontes, porém há vários pontos soltos no modo de como isto seria realizado. Por exemplo, em nenhum momento envolvem diretamente a participação dos professores de história, que provavelmente teriam uma ligação mais próxima as questões de historiográficas em relação ao patrimônio.

O teor do documento permite a interpretação que se trata um trabalho de caráter voluntário, formado apenas por entusiastas com o intuito de preservar a memória daquela coletividade, com certo direcionamento, mas sem a significação do que representaria aqueles objetos e práticas para o presente. Talvez, o que mais espante na orientação seja a ausência do envolvimento dos estudantes neste trabalho. Em

nenhum momento fica explícita sua participação seja na busca, coleta ou análise dos materiais.

Por fim, a iniciativa da construção dos centros de memória acabou sendo abandonada aos poucos, pois no ano seguinte houve eleições estaduais e com a troca de governo os sujeitos que estavam na liderança dos centros de memória na SEED e no MEP foram demitidos ou substituídos e as prioridades educacionais passaram a ser outras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa análise preliminar, logo, longe de findar essa questão dos centros de memória cabe-nos nos questionar se é possível um remodelamento do projeto a fim de atrelá-lo a uma concepção identitária? Quais seriam os possíveis caminhos de incentivo e envolvimento dos professores, alunos e demais membros da escola? Como seriam sanadas questões técnicas de conservação e higienização do material que são ligados o campo da arquivística? São perguntas que podem nos apontar direções para uma efetiva educação patrimonial nos ambientes escolares.

REFERÊNCIAS

- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A escola metódica”. In: **As Escolas Históricas**. Portugal: Publicações Europa - América, 2003.
- COSTA, C. M.; SIMAN, L. M. C.; NASCIMENTO, S. S. **Escolas e museus: diálogos e práticas**. Belo Horizonte: Cefor, 2007
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- MONTEIRO, A. M. F. da C. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2003.
- PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação do. **Orientação nº 27/2017 – SUED/SEED**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 31 maio 2020.

²O documento alega que este trabalho de coleta de depoimento deve vir a partir da metodologia da História Oral, contudo não aponta em nenhum outro momento quem seria as pessoas responsáveis por fazer tal coleta, assim como que tipo de caminho a ser tomado pelo entrevistador nos paradigmas que envolvem as perspectivas da oralidade entre outras questões próprias do campo metodológico da História Oral.

**CENTROS DE MEMORIA: UN INTENTO
DE IMPLEMENTACIÓN DE EDUCACIÓN
PATRIMONIAL EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE
PARANÁ**

RESUMEN: El objetivo de este estudio preliminar es analizar el intento de implementación de los denominados Centros de Memoria propuestos por la Secretaría de Educación del Estado de Paraná (SEED / PR) en 2017, a partir de las actividades desarrolladas por el Museu Escolar Paranaense (MEP). Esa iniciativa buscó movilizar al equipo gerencial y pedagógico para crear grupos de trabajo (GT) con docentes y otros miembros de la comunidad escolar con el fin de escanear sus almacenamientos, depósitos u otros lugares dentro de la escuela que pudieran contener objetos que formaran el patrimonio material. Además, también organizar estrategias para salvaguardar los conocimientos y acciones de ex alumnos, ex profesores y ex empleados a partir de la recopilación de testimonios y otros medios que ayuden a preservar el llamado patrimonio inmaterial. Si bien hubo un esfuerzo de organización burocrática por parte de SEED / PR, como la producción de documentos rectores, lineamientos y la necesidad de incluir este proyecto en los documentos oficiales escolares (Proyecto Político Pedagógico y Propuesta Pedagógica Curricular), no hubo realización efectiva de los Centros de Memoria en las instituciones educativas. Nuestra propuesta es mirar, desde la perspectiva de la educación patrimonial, las posibles razones por las que este proyecto no se lleva a cabo.

PALABRAS CLAVE: Centros de memoria; Escuelas públicas; Educación patrimonial.